

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 101/2024 Comissão CJLCOAACPES

PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA MATERIA.

Veio a esta Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.886, de 25 de julho de 2024 de autoria do Poder Executivo, o qual busca a autorização do Poder Legislativo para alterar o artigo 2º da Lei nº 2.588, de 07 de abril de 2022 e dá outras providências.

A assessoria jurídica da casa, opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria.

Após análise do presente projeto de lei, este relator opina pela sua legalidade e constitucionalidade, por atender ao disposto na Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal.

Ante ao exposto este relator Emite Parecer pela Constitucionalidade e a Legalidade do projeto de Lei nº 2.886 de 25 de julho de 2024.

Encaminho para os demais participantes desta Comissão para apreciação.

Barão/RS, 05 de agosto de 2024.

Ver. Ademar Gauger - PROGRESSISTA

Vereador Relator

Ver. Pede Gilson Jahn – PROGRESSISTA V Favorável – Pelas Conclusões do Parecer () Contrário – Pelas Conclusões do Parecer

() Abstenção

Ver. Luciano Ricardo Sandrin - MDB

() Favorável – Pelas Conclusões do Parecer

() Contrário – Pelas Conclusões do Parecer

√ Abstenção



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 101/2024

Ao Presidente da Mesa

Após ser submetido pela Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.886 de 25 de julho de 2024 foi **APROVADO** por maioria de seus membros.

Desta forma, encaminha-se o presente projeto de lei a presidência da mesa, com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, tendo em vista que o mesmo se contra **APTO** para ser votado em plenário, nos termos do Regimento Interno desta Cada Legislativa.

Barão/RS, 05 de agosto de 2024.

Pedro Gilson Jahn - PROGRESSISTA

Presidente da Comissão de Constituição Justiça Legislação controle Orçamentário Agricultura Agroindústria Cooperativismo Pecuária Educação Saúde.